



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### ATA N.º 12

### MANDATO 2021/2025

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se a primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Intervenção do público; -----
- 2 - Período antes da ordem do dia. -----

#### ORDEM DO DIA -----

- 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 05.05.2022, 26.05.2022, 29.06.2022 e 28.07.2022. ----
- 2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----
  - 2.1 - Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros (retificação) – Proposta de repartição de encargos;
  - 2.2 - Proposta de 1.ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 3.ª alteração ao mapa de pessoal de 2022; -----
  - 2.3 - 3ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2022; -----
  - 2.4 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2023, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----
  - 2.5 – Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2023; -----
  - 2.6 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2023; -----
  - 2.7 – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2022, a cobrar no ano 2023; -----
  - 2.8 - Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Escola Básica Vallis Longus, até ao montante de 332.963,38€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal alteração do valor contratado, até ao montante de 482.943,57€; -----
  - 2.9 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal da constituição do Júri do procedimento; -----
  - 2.10 - Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Oficina do Brinquedo Tradicional Português, até ao montante de 1.850.934,28€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível). -----
- 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Paulo Miguel da Silva Santos, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Mário



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Armando Martins Duarte, Maria Manuela da Siva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, d dos Membros da Assembleia Municipal Madalena Sofia Alves de Oliveira, Rui Alexandre Sévola Abreu e Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho tendo sido substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Pinto Moreira, André Diogo Pereira Teixeira e Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir. -----

A Munição, Senhora **Maria Emília Mendes**, questionou o motivo pelo qual os passeios estão com buracos, principalmente junto à clínica de fisioterapia, bem como qual o motivo de terem sido pintadas rodas a cores nos passeios. -----

Junto à clínica de fisioterapia existem árvores com raízes grandes dificultando a paragem das ambulâncias. -----  
Reside em Campo há 52 anos e gostaria de saber o motivo do posto médico de Campo é diferente do de Valongo, quando chove estão à chuva, em Valongo existem cadeiras, em Campo tem duas cadeiras e o segurança não deixa entrar se estiverem lá meia dúzia de pessoas tem de aguardar à chuva. -----

Reside em frente à antiga fábrica da Uniteca a rua está cheia de silvas dificultando a passagem das pessoas, já apresentou queixa na Junta de Freguesia de Campo onde lhe disseram que era com a Câmara, sabe que o terreno é privado, mas tem de ser limpo. -----

O Presidente da Câmara, **José Manuel Ribeiro**, começou por dizer que tem conhecimento das situações colocadas. -----

Disse de seguida que existem buracos em alguns locais, bem como havia buracos em locais onde já não existem, mas, ainda, nem todos estão tapados. -----

Quanto às árvores não estão em risco de queda, tendo sido solicitado à equipa de ambiente para fazer uma avaliação do estado das mesmas tendo sido verificado que se encontram com saúde. -----

Sobre a questão das pinturas nos passeios tem a ver com uma operação que estão a fazer de urbanismo tático, de mudança de circulação, com vista a melhorar a segurança das pessoas, as cores têm a ver com a forma como comunicam apelando para que as pessoas caminhem. -----

Quanto à Unidade de Saúde de Campo, as unidades de saúde não são da Câmara, são da responsabilidade do Ministério da Saúde, tendo tomado nota da situação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente às silvas, a limpeza das ruas, por lei, compete às juntas de freguesia. -----

O Presidente da Assembleia, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, começou por assinalar o regresso da Competição de Basquetebol organizada pela Federação Portuguesa de Basquetebol, que após dois anos de pandemia realizou-se o Torneio Vítor Hugo em Basquetebol Feminino na cidade de Ermesinde entre os dias 23 e 25 de setembro, no Pavilhão Municipal de Ermesinde e no renovado Pavilhão da Bela. -----

De seguida apresentou a seguinte **Moção**: -----

Estamos em 2022 e já alguns anos se passaram desde o processo de privatização dos CTT. Ao longo deste período, e por diversas vezes, foi feita referência à degradação do serviço postal um pouco por todo o lado e o concelho de Valongo não é exceção. -----

Podíamos olhar para trás e falar da história deste processo; podíamos encontrar os culpados por estes resultados; podíamos dizer muita coisa que neste momento não contribui para resolver um problema que além de instalado se tem intensificado a olhos vistos; cartas que não chegam, cartas que chegam tarde e fora de prazo, cartas que chegam, mas são entregues na morada errada (acertam no número da porta e no andar, mas a rua é outra). ----

Facilmente podemos imaginar as consequências graves que este serviço de péssima qualidade pode ter - aliás, já está a ter – para as populações: faturas que não são pagas dentro do prazo previsto, consultas e exames aos quais não se comparece porque não se tomou conhecimento da marcação, só para citar dois exemplos muito práticos. -----

O importante é, pois, focarmo-nos na solução e numa solução que possa ser breve. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 30 de setembro de 2002, delibera: -----

1. Expressar profunda preocupação e indignação com a degradação da qualidade do serviço postal prestado pelos CTT; -----
2. Enviar esta moção ao Concelho de Administração dos CTT. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, apresentou a seguinte **Moção**: -----

No atual contexto socioeconómico, de uma acentuada dificuldade em responder ao fim de um substancial crescimento económico mundial, das taxas de juros baixas, de um período de setenta anos de paz na Europa e de uma ainda não percebida, na sua globalidade, crise de valores o sentimento de segurança é um dos pilares de confiança dos cidadãos nas suas instituições e deve fazer parte de todas as políticas, sejam elas nacionais ou locais. É necessário prevenir e reprimir toda a criminalidade com eficácia, afirmando a autoridade do Estado de Direito e promovendo a defesa da sociedade. -----

É da competência e um dever das Polícias garantir a segurança, os direitos dos cidadãos e assegurar a legalidade democrática. Para tal, é fundamental criar condições para um policiamento de proximidade e de segurança



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

comunitária. O policiamento de proximidade assume, assim, nas grandes áreas metropolitanas, um obrigatório contributo para o sentimento de segurança de todas as populações pelo que o encerramento efetivo/prático da esquerda de Ermesinde não pode deixar de nos preocupar a todos e fazer nascer fundados receios pelas consequências se não forem encontradas alternativas. -----

Uma medida que pode ajudar a mitigar a consequências nefastas desse encerramento é a já criada Polícia Municipal com a sua sede/esquadra já a ser preparada na cidade de Valongo, bem próximo da nova esquadra da PSP. -----

Em democracia, a política não se faz sem diálogo, sem debate e sem troca de argumentos, particularmente quando as medidas possuem um vasto e significativo impacto no quotidiano dos cidadãos e da vida quotidiana de todo o Município. -----

Atendendo aos considerandos expostos, e apesar deste tema já ter sido apreciado na Assembleia de abril passado, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor à Assembleia Municipal reunida na sua sessão de dia 30 Setembro de 2022, que delibere: -----

- 1) Instar a Câmara Municipal para que, com o novo Ministro da Administração Interna, profundo conhecedor da cidade de Ermesinde depois de aqui ter residido por um período considerável, procure encontrar uma solução que garanta não deixar quase metade da população do concelho em segurança comprometida e com visível sentimento de abandono. -----
- 2) Instar a Câmara Municipal a repensar o local da Sede/Esquadra da criada Polícia Municipal e considerar, numa atitude de procura coordenada de solução global para todo o concelho, a instalação da Polícia Municipal na cidade de Ermesinde em alternativa à instalação ao lado na esquadra da PSP na cidade de Valongo. -----
- 3) Enviar cópia desta Moção ao Ministério da Administração Interna e a todas as Juntas de Freguesia do Concelho. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse de seguida que a civilização consumista leva à produção de grandes quantidades de lixo, tornando cada vez mais complexa a sua recolha e tratamento, sendo frequente os contentores excederem a sua capacidade e extravasar, denotando que a recolha é pouco regular, bem como os contentores raramente são lavados. -----

O serviço municipal de recolha de lixo existe e funciona, mas precisa de ser divulgado, como através da afixação de cartazes junto dos contentores. -----

As papeleiras têm desaparecido das ruas, mesmo junto às paragens dos autocarros e outros pontos estratégicos, bem como deve ser instalada uma rede de cinzeiros. -----

Disse de seguida que no verão a Câmara promoveu no parque da estação ferroviária, na Gandra, uma ação experimental com o objetivo de ativar e consciencializar a comunidade para a incorporação da biodiversidade no contexto urbano, uma das muitas ações demagógicas com que a Câmara pretende iludir os incautos ao mesmo tempo que vai eliminando ao longo dos anos alguma biodiversidade que pudesse existir nas freguesias mais citadinas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em 2022, no projeto cosmético designado de Nova Gandra, a Câmara já destruiu o espaço ajardinado que existia no largo da Estação, o extenso espaço relvado que permitia a necessária infiltração das águas da chuva, bem como um pequeno canteiro que desapareceu debaixo de ladrilhos e pedras, nos poucos canteiros onde vegetam as poucas árvores nem uma erva de revestimento fora capaz de semear, a única faceta positiva foi a instalação de um baloiço para as crianças e meia dúzia de bancos de pedra, desconfortáveis, o resto é mais um pátio de pedras e ladrilhos. -----

A destruição do espaço ajardinado e arborizado da praça Sá da Bandeira, a meia dúzia de metros do largo da Estação, uma dúzia de tílias e dois cedros de grande porte que levaram dezenas de anos a crescer para passarem pelos dentes da motosserra, foram substituídos por cimento, pedra e muitos lugares de estacionamento, plantando três ou quatro árvores no espaço que sobrou. -----

O largo da feira, também em processo de requalificação vão desaparecendo os velhos choupos sobreviventes dos campos que ali existiam, as árvores da feira ficaram confinadas a guias de passeios e mais um prédio a ser construído. -----

De seguida apresentou a seguinte **Moção**: -----

“Contra o aumento do custo de Vida -----

Para a maioria do povo português, a vida está mais cara, mais difícil e injusta: a cada dia que passa, o salário e a pressão de reforma ficam mais curtos para despesas cada vez maiores. Esta é a realidade com que se confronta quem vai às compras para levar comida para casa, quando paga as contas da luz, água, gás, renda e prestações. Quando recebe as faturas das telecomunicações ou seguro. Ao comprar medicamentos, pagar portagens ou pôr gasolina. -----

Uns dizem que “é o mercado a funcionar”, outros mandam ter esperança e dizem que “melhores dias virão”. Mas se as condições da vida se agravaram para a maioria, para os grupos económicos os aumentos dos preços têm significado aumentos chorudos dos lucros. Só como exemplo: os seis maiores bancos portugueses registam lucros de 617,4 milhões de euros nestes primeiros três meses do ano; a Galp em 3 meses 155 milhões e na grande distribuição os lucros de 2021, tanto a Jerónimo Martins como a Sonae, crescem sempre acima de 45%. -----

Ao nível do poder Local Democrático, a situação não é menos preocupante, juntando-se ao crónico subfinanciamento das autarquias locais. O assumir de novas responsabilidades, aliado às competências já anteriormente exercidas, neste quadro de subida continuada dos preços, designadamente ao nível da Matéria-Prima, Eletricidade e Combustíveis, é um cenário que merece a maior das atenções e rapidez de medidas do Estado Central, com vista a não penalizar ainda mais os Valongueses e os habitantes dos vários municípios portugueses. -----

Perante isto, a Assembleia Municipal, reunida em 30.9.2022 considera urgente. -----

- Consagrar um regime de preços máximos nos combustíveis líquidos e gasosos e eletricidade; -----
- Reforçar os regimes de energia bonificada para algumas atividades (agricultura, pescas e subsectores dos transportes); -----
- Repor taxa do IVA nos 6% na eletricidade, no gás natural e no GPL; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Criar um regime de preços máximos, a aplicar a um Cabaz Alimentar Essencial, que defina um preço de referência para cada um dos produtos, com base nos custos reais e numa margem não especulativa, proibindo a venda a um preço superior sem justificação atendível; -----
- Garantir a recuperação do valor real dos salários, de todos os salários e das reformas e a sua necessária valorização, nomeadamente com o aumento intercalar do salário mínimo nacional para 800 euros, com a perspetiva da sua fixação em 850 euros em janeiro de 2023 e no aumento geral dos salários, com um mínimo de 100 euros: -----
- Implementar medidas de apoio extraordinárias para as autarquias Locais.” -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, começou por dizer que a Constituição da República Portuguesa consagra o direito à habitação condigna. O Primeiro Direito veio proporcionar condições aos municípios para investimento na habitação. -----

Estando-se a assistir ao aumento da inflação não é difícil identificar que um dos grandes problemas, já existente, com tendência a agravar é a habitação. -----

Os preços atualmente praticados nas rendas, na sua maioria, são proibitivos e serão agravados pelo efeito da procura que haverá nos próximos anos, assim como o problema do aumento da procura pelos prováveis despejos ou entrega de habitações aos bancos. -----

No Município de Valongo é importante que haja uma discussão séria que possa levar a curto/médio espaço de tempo a que possam mitigar esse problema. -----

Aquando da audição do BE para preparação do último Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentaram uma proposta para que se investisse em habitação pública, não só na reabilitação, mas também no processo de construção, apontando o objetivo mínimo de 6% a conseguir nos próximos anos, na altura o senhor Presidente refugiou-se na questão de estar quase concluída a Estratégia Local de Habitação para não acolher a proposta do BE. -----

Hoje, com alguma antecedência fundamentada pelo que conhecem atualmente, mas nas perspetivas futuras, voltam a reafirmar a necessidade de aumentar a oferta de habitação pública, a Lei de Bases da Habitação reforça a temática da habitação pública e habitação nacional. -----

Em Portugal o parque habitacional edificado tem cerca de 2 % da habitação pública, no Porto o parque habitacional público representa mais de 13 %, em Valongo tinha 2,9%, perto de 3%, na estratégia local de habitação aponta a 3,7%, portanto muito aquém das necessidades. -----

Com a crescente procura relacionada com o turismo e aumento de alojamentos locais, principalmente no Porto, a crescida do aumento do custo de vida, onde salários não acompanham esse aumento nos anos seguintes, também Valongo teve um acréscimo de procura motivado pela fuga de muitas e muitas famílias para a periferia do Porto, consequência direta, o aumento do custo de vida em Valongo. -----

Da mesma forma já se assiste a fuga de famílias para outras zonas mais baratas que Valongo, pois os seus rendimentos não suportam o custo de vida no município de Valongo, principalmente nas freguesias de Ermesinde e de Valongo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Compete ao município de Valongo, no geral e ao seu executivo em especial, tudo fazer para que Valongo não veja os seus jovens mudarem para outro local, pois as pessoas mais idosas dificilmente o farão por todas as razões que conhecem. -----

A habitação é uma, se não, a mais importante forma de fixar população no Município, especialmente população jovem a quem mais difícil é obter a sua liberdade e a sua orientação, por isso é necessário investimento público em habitação, não bairros onde se despejam as pessoas, mas sim habitação inserida nas comunidades e que possam existir rendas a preços justos, a isto acrescenta o suprimento do acréscimo habitacional de controlar um tipo de agiotagem que atualmente existe, sendo também uma forma de fazer baixar as rendas aplicadas por privados contribuindo assim para o cumprimento do Primeiro Direito e da Constituição da República Portuguesa. Valongo tem no Programa de Estratégia Local de habitação valores totais superiores a 40 milhões de euros com a meta de atingir os tais 3,7% de habitação pública, mas o que importa aos valonguenses atualmente, e num curto espaço de tempo, é saber o que os espera de uma forma descomplicada e direta. -----

Assim, atendendo a que a responsabilidade da habitação pública permite solucionar as carências habitacionais dos mais capacitados, dos casos já identificados e tendo em conta que o aumento da oferta de habitação pública também é um fator da regulação dos preços de mercado, nomeadamente no combate à especulação imobiliária, para além de ser um tipo de investimento que traz rendimento contínuo ao Município, questiona se a Câmara já ponderou a necessidade de aumentar a habitação pública com construção nova como forma de mitigar as dificuldades da maioria das famílias do Município no acesso à habitação. Se o senhor Presidente pondera acolher a proposta do BE apresentada anteriormente onde salientava para que Valongo invista na construção de habitação pública. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, apresentou a seguinte **Moção**: ----

“25 de novembro, uma data que garantiu Portugal -----

1 - Numa altura em que se multiplicam os atos ligados à desconstrução da nossa identidade e da nossa História, torna-se cada vez mais preminente celebrar os momentos essenciais que deram origem à nacionalidade e aos que, depois, a consolidaram ou restauraram na nossa INDEPENDENCIA e LIBERDADE coletivas. -----

2 - A 25 de novembro de 1975, data decisiva da nossa história mais recente, Portugal garantiu a sua LIBERDADE e INDEPENDENCIA. Esta é uma evidência que não é reconhecida pela grande maioria das nossas gentes. Pode ser uma evidência individual, mas não é uma evidência coletiva. -----

2.1 - A evidência individual está traduzida na perceção, pelo menos da parte dos mais velhos, de que após o golpe militar de 25 de Abril de 1974 o país mergulhou na anarquia e no caos. -----

2.2 - Pior: Portugal esteve na evidência de uma guerra civil. Em 11 de março de 1975, a mando do ex-presidente, António Spínola, um grupo de paraquedistas atacam o Regimento de Artilharia de Lisboa, marcando o início do período que veio a ser conhecido como PREC. -----

2.3 - O período que se seguiu marcou o confronto entre uma ala militar moderada, Ladeada pelos partidos democráticos de então (PS, PPD, CDS), que defendiam a implementação de democracia representativa, a que se opunha o grupo de militares ligados a forças de extrema-esquerda (PCP, UDP, PCTP), defensora de um regime



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

socialista inspirado nos modelos da Europa de Leste. Uma guerra que também colocaria o Norte contra o Sul. Um «Norte conservador». Um «Sul» controlado, na sua maioria, pelas forças de extrema-esquerda, que pretendiam fazer de Portugal a «Cuba da Europa» -----

3 - À tentativa de golpe de estado levada a cabo por militares extremistas em 25 de novembro, responderam as forças democráticas, com a intervenção dos comandos da Amadora, numa operação comandada por Ramalho Eanes, Jaime Neves e Loureiro dos Santos, contando a norte, com o apoio de Pires Veloso e garantindo assim a democracia conforme hoje a conhecemos. Uma democracia plural! -----

4 - Como dizia o atual ministro das finanças, Fernando Medina, quando exercia funções de Presidente da Câmara Lisboa, “O 25 de Abril não é de esquerda, assim como o 25 de novembro não é de direita”. -----

5 - Neste sentido, e tendo em conta os considerandos anteriores, a Assembleia Municipal de Valongo propõe: ---

5.1 - Assinalar esta data, nesta Casa da Democracia Local, todos os anos, com conferências, debates, exposições ou outras iniciativas que permitam assinalar a efeméride; -----

5.1 - Recomendar à Presidência da República da Assembleia, a celebração oficial da data a nível nacional, evocando os valores da democracia e liberdade plenas para Portugal e para os portugueses. -----

5.3 - Sugerir à Comissão de Toponímia do Concelho a atribuição do topónimo «25 de Novembro de 1975» a uma rua, praça ou avenida, assinalando o acontecimento. -----

5.4 - Aprovar um voto de louvor a todos os envolvidos, direta e indiretamente, nesta data, assinalando como mero exemplo, as figuras do General Ramalho Eanes, Coronel Jaime Neves, General Loureiro dos Santos e Brigadeiro Pires Veloso. -----

6 - Finalmente, porque o 25 de Novembro é uma data identitária da democracia, após a aprovação, esta moção deve ser dada a conhecer à Presidência da República, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao estado Maior das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à comunicação social.” -----

De seguida disse que a questão da segurança, não só a que está relacionada com a criminalidade, violência, violência doméstica, etc., mas também a que envolve a segurança rodoviária, a segurança dos peões. -----

O programa do CHEGA entre outros tinha alguns pontos fundamentais, questões identificadas como graves no Concelho, o caos no trânsito, o estacionamento selvagem, a limpeza e higiene urbana e a falta de segurança, situações onde não verificaram intervenção que os façam acreditar que vai haver uma evolução para melhor. ----

Assim, questionava para quando a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, bem como a previsão de solução para esses problemas efetivos que afetam a vida e a qualidade de vida das pessoas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, apresentou a seguinte

**Recomendação:** -----

“Apoiar os municípios a poupar nas faturas da energia -----

Considerando que: -----

- Se avizinha um longo inverno por fruto do contexto de guerra que vivemos na Europa, desencadeado pela brutal e desumana invasão da Ucrânia; -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- A união Europeia está a planear uma “Reforma profunda e abrangente do mercado da eletricidade” e a estratégia para tornar a EU mais independente do ponto de vista energético da Rússia está assente em aumentar as energias renováveis, mobilizar a economia de energia e diversificar as fontes de energia; -----
- Intervir em painéis solares e bombas de calor, juntamente com a renovação de edifícios e medidas de eficiência energética, nos aproximará do compromisso do acordo de Paris, ao mesmo tempo isola o regime terrorista de Putin e mitiga a pobreza energética; -----
- A nível nacional também está prevista a implementação de uma estratégia nacional ao combate à pobreza energética; -----
- As autarquias são um nível de governação bastante próximo dos cidadãos e cidadãs com um papel muito importante na descarbonização e no combate à pobreza energética; -----
- A transição para energias renováveis só é possível com as ações efetivas de todos: organizações publicas e privadas e também os cidadãos e cidadãs individualmente; -----
- É necessário que o município atue de forma preventiva, o mais rapidamente possível; -----
- Queremos um município justo e resiliente que aposte na utilização eficiente de energia, na produção e armazenamento de energia renovável. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Parlamentar do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2022, delibere recomendar á Câmara Municipal de Valongo que: -----

1. Crie um espaço de proximidade ou uma linha de esclarecimento e apoio aos e às munícipes, com o objetivo de dotar as pessoas e/ou famílias da informação necessária para reduzirem os seus custos com energia através de implementação de medidas de eficiência e de produção descentralizada de energia renovável assim como apoio à submissão de candidaturas às oportunidades de financiamento nacional nesta área; -----
2. Intervenha no apoio e dinamização de novas comunidades de energia renovável no município; -----
3. Venha a dotar a habitação municipal de painéis de captação de energia renovável -solar- com baterias para acumular energia que permitam servir a habitação e infraestruturas próximas.” -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que relativamente à Moção do PS não é que não concorde, mas na sua ótica não é o local próprio, nem sequer têm competências para intervir de como os CTT podem ou devem funcionar. -----

Disse de seguida que enaltece a realizada intervenção na continuação da estrada do MaxMat e Staples, que vai culminar em cima de um cruzamento onde é urgente que se faça uma intervenção na regulação dos semáforos, pois tem-se verificado vários acidentes. -----

Na Escola da Ilha foi alterada a entrada das crianças do portão principal para o lateral, embora minimize o fluxo de trânsito complica a entrada das crianças, principalmente em dias de chuva, pois entram bastante longe para aceder às salas de aula. -----

Disse de seguida ser urgente resolver a questão do acesso dos camiões ao centro da cidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que estão de acordo que é positivo retirar o trânsito do centro das cidades e dar aos peões, há menos poluição, as pessoas andam a pé, entram nas lojas, compram, mas é positivo retirar o trânsito do centro das cidades quando há alternativas viáveis, em Valongo tem-se notado alguns constrangimentos. -----

Assim, gostaria de saber o que a Câmara pretende fazer para resolver ou limar as arestas do programa. -----

O desvio do trânsito da Estrada Nacional 15 implicou uma intervenção nessa Estrada Nacional, as estradas nacionais são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal SA, um dos objetos dessa instituição é o comando e o controlo da circulação. Assim, pretendia saber qual o parecer que foi emitido pelas infraestruturas de Portugal sobre a requalificação que a Estrada Nacional 15 sofreu em Valongo. -----

Disse de seguida que existe um elemento arqueológico, em Valongo, umas ruínas romanas do antigo povoado mineiro junta à Quinta da Ivanta, património que terá um grande potencial turístico. Assim, gostaria de saber se a Câmara tem algum projeto para dinamizar essas ruínas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Alves Felgueiras**, apresentou os seguintes documentos: -----

### **Recomendação** -----

Segundo dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), desde outubro do ano passado choveu praticamente metade do que seria um ano hidrológico normal. -----

Grande parte do país enfrentou, este verão, uma seca extrema, estando atualmente ainda a passar a maior seca dos últimos tempos. Milhares de Lares foram abastecidos, este verão, com a ajuda de autotanques devido à falta de água nos sistemas de abastecimento. -----

As autarquias tiveram de adotar uma serie de medidas para a redução do consumo de água das redes públicas de abastecimento, entre as quais o controlo da rega e uso de água não potável de cursos naturais nos espaços públicos e nos jardins. Muitas estão, no momento, a desenvolver campanhas de sensibilização sobre o mau uso de água e meios de combate ao desperdício. No verão, muitas viram-se forçadas a decretar o encerramento das suas piscinas públicas. Medidas que foram fundamentais no combate à escassez de água. -----

Este é um tema que, fruto das alterações climáticas que o planeta enfrenta, será recorrente e até uma constante nos próximos anos, caso se persista nos erros do passado. -----

A Câmara Municipal de Valongo inscreveu, em sede de Orçamento Municipal para 2022, a construção de uma piscina pública, ao ar livre, na Quinta do Passal, na União de Freguesias de Campo e Sobrado. A empreitada será agora alvo de novo concurso publico, num investimento que ultrapassa o 1,5 milhões de euros. -----

Tendo em conta todos os constrangimentos impostos pela seca que o Pais atravessa e que, segundo especialistas, se manterá caso as condições meteorologias se mantenham, no entender do Grupo Municipal do PSD será prudente a Câmara Municipal de Valongo, antes de avançar com o referido projeto, ter em consideração a escassez do recurso natural água e estudar antecipadamente quais as soluções ambientalmente adequadas para o aprovisionamento do mesmo para este projeto. -----

Não dizemos que a construção de uma piscina ao ar livre no Concelho de Valongo deva ser colocada de parte.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Grupo Municipal do PSD recomenda à Câmara Municipal de Valongo que sejam estudadas soluções sustentáveis e que não sejam conflituosas com as prioritárias medidas de combate á escassez de água. -----  
Pelo acima exposto propomos que AM recomende á CMV, antes de iniciar a construção desta estrutura, que avance com os estudos necessários relativamente à sustentabilidade da mesma, especialmente no que diz respeito à utilização do valioso recurso de água. -----

### **Moção** -----

Transferência da competência da Ação Social de celebração e acompanhamento dos Acordos de Inserção para as IPSS do concelho de Valongo. -----

Considerando que: -----

-O Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social, tendo como premissa o reforço da autonomia local, que se traduz numa maior eficácia no atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis socialmente; ---

- A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto estabelece que cabe aos órgãos municipais a competência, entre outras, de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção; -----

-Compete à Câmara Municipal celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, podendo o exercício desta competência ser contratualizada com instituições particulares de solidariedade social; -----

-O prazo de transferência das competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social, pelo Decreto-Lei n.º 23/2022 de 14 de fevereiro, foi prorrogado até 1 de janeiro de 2023; -----

- No Concelho de Valongo, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção é, no momento, da responsabilidade de três IPSS; -----

- As IPSS são as entidades que desenvolvem um serviço de grande proximidade com as pessoas com carência e exclusão social e, por consequência, mais vulneráveis; -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida hoje, 30 de setembro de 2022, propõe a aprovação de uma moção instando a Câmara Municipal de Valongo que, no âmbito da concretização desta transferência de competências de Ação Social, celebre protocolos de cooperação com as IPSS que já detêm o conhecimento e experiência nesta área, delegando assim competências no acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento Social de inserção. Desta forma será possível desenvolver uma política de proximidade que permite uma melhor eficiência e qualidade na gestão dos problemas, com a certeza de que faz melhor quem melhor conhece. -----

Disse de seguida que a democracia em Portugal, e em Valongo também, apresenta sinais claros de erosão, o divórcio entre os eleitores e os eleitos é visível no crescente nível de abstenção nas eleições, potenciado pela incapacidade de quem está no poder garantir que a oposição possa exercer os seus direitos de participação e fiscalização, consagrada na Constituição da República Portuguesa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É obrigação de todos garantir que haja participação cívica por parte dos cidadãos e dos próprios agentes políticos, ser valonguense é ser membro de pleno direito do concelho de Valongo, o direito de exprimir livremente o seu pensamento da palavra, imagem ou outros meios sem impedimentos nem discriminações, de acordo com a lei. - É, portanto, obrigação da Câmara Municipal garantir que os cidadãos, e da oposição, tenham as condições de participar na condução dos destinos do Município, sem entraves nem artimanhas. -----

A qualidade das respostas do Presidente da Câmara, seja em sede de reunião de Câmara como na Assembleia, é a imagem de ausência de qualidade do executivo e défice democrático. Às perguntas colocadas, objetivas, a resposta é quase sempre com objetividade ausente, respostas longas e sem fio condutor. -----

Não satisfeito com essa prática o Presidente da Câmara tenta obstaculizar a participação do PSD nas reuniões de Câmara, escolhendo deliberadamente e estrategicamente as datas das reuniões, tendo sido pedido pelo PSD que fosse evitada a quinta-feira para as reuniões de Câmara, visto o primeiro eleito ser, também, deputado na Assembleia da República, o Presidente da Câmara decidiu não aceitar que as reuniões se realizassem à segunda-feira ou terça-feira, alegando dificuldades de agenda incontornáveis. O certo é que esta semana, porque dava jeito ao Presidente da Câmara, a reunião realizou-se na terça-feira, o que demonstra má-fé na decisão do Presidente da Câmara quanto às restantes semanas, uma vez que quando dá jeito ao Presidente da Câmara alterar as reuniões de Câmara é possível, e acontece. -----

O PSD compreendo que o presidente da Câmara não goste do contraditório que o primeiro eleito do PSD para a Câmara projeta, e compreendem que para o Presidente da Câmara responder ao contraditório capazmente era necessário estudar a fundo os dossiers, coisa que comprovadamente não tem tido capacidade de o fazer. -----

O PSD não compreende é que fruto das incapacidades do Presidente da Câmara, este procura impor ao concelho um défice democrático constrangedor e de forma deliberada, não o aceitam e denunciarão por todos os meios que têm ao dispor. -----

O défice democrático é de tal forma evidente e deliberada que por decisão do Presidente da Câmara os outdoors do PSD, essenciais para divulgar decisões políticas, foram retirados de forma ilegal em sem uma palavra, situação que já foi colocada ao Ministério Público que se pronunciará, bem como em momento oportuno o PSD voltará a colocar novos outdoors nas mesmas localizações, pois não aceitam que o Presidente da Câmara ache que pode calar o PSD: -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que a reunião de Câmara que ocorreu na terça-feira foi extraordinária, agendada para as nove horas da manhã. -----

Há muitos anos que as reuniões de Câmara se realizam à quinta-feira, quando o Vereador do PSD se candidatou a Presidente de Câmara já tinha conhecimento desse facto. -----

Quanto à questão dos outdoors, os outdoors que não sejam declarados à Entidade de Contas e de Financiamentos Políticos são ilegais, se voltarem a ser colocados será questionado à referida entidade, caso não estejam declarados voltam a ser retirados. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Vereador, **Paulo Miguel da Silva Santos**, em defesa da honra disse que a questão das reuniões não é de conveniência pessoal, nunca se furtou nem furtaria a qualquer tipo de compromisso, ou sacrifício que garantisse o cumprimento das responsabilidades que assumiu, foi sempre assim a sua postura ao longo da vida, algumas vezes com algum sacrifício pessoal, familiar e profissional. -----

A questão das reuniões que foi levantada que o Presidente da Câmara referiu e esclareceu tem o seu cariz contorcido, porque é propositado e se não entendesse que era propositado não faria disso uma questão. -----

No mandato de 2005/2009 foi deputado na Assembleia da República e o Presidente da Câmara na altura também por lá passou, nunca eleito, sempre em substituição, durante esse mandato o Presidente da Câmara Dr. Fernando Melo, porque discordou dele em matérias que considerava essenciais deixou de ter pelouros e durante três anos andou acima e abaixo, sempre às reuniões à quinta-feira. -----

Agora a questão coloca-se de uma forma diferente, requereu ao Presidente da Câmara que a reunião pudesse ser realizada à segunda-feira ou terça-feira de forma a ter melhores condições para o exercício e participação e nas reuniões, o Presidente da Câmara entendeu que não devia de ser discutido nessa reunião porque não constava da ordem de trabalhos. Marcou uma reunião extraordinária para discutir o requerimento que apresentou para que as reuniões de Câmara pudessem ser à segunda-feira, marcando essa reunião extraordinária para uma segunda-feira de manhã, tendo os vereadores do PS votado contra esse requerimento, porque há segunda-feira não tinham agenda para fazer as reuniões. -----

Anteriormente, para corrigir uma asneira, que o Presidente da Câmara fez numa reunião de quinta-feira, foi realizada uma reunião no dia seguinte, sexta-feira, às nove horas da manhã para corrigir a asneirada, situação a que acederam, era possível, necessário, compreenderam e entendem que deve de haver uma cooperação institucional, e essa reunião foi feita. -----

Esta semana o Presidente da Câmara, entre os múltiplos empréstimos que estão a onerar o município de Valongo para muitos e muitos anos, entendeu que era conveniente marcar uma reunião para terça-feira, às nove horas, porque necessitava de aprovar mais um empréstimo para ser submetido à Assembleia Municipal, portanto, há, objetivamente, uma intenção propositada de prejudicar o exercício do mandato e de procurar obstaculizar que esse exercício venha a acontecer, nessa medida nunca vão ficar em silêncio. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em 2009 foi eleito diretamente como deputado na Assembleia da República, em 2006 foi chamado para a Assembleia da República, em 1999 foi chamado para a Assembleia da República tendo recusado, pois apostou na vida profissional, em 2009 foi eleito, tomou posse e fez o mandato completo. -----

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal, **Pedro Miguel Bouça Fernandes**, apresentou o seguinte Voto de Louvor: -----

**Voto de Louvor** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Associação Desportiva de Valongo, agremiação desportiva fundada em 1955, tem ao longo dos 67 anos de existência, representando a freguesia e, por conseguinte, o concelho de Valongo ao mais alto nível quer nacional quer internacionalmente. -----

Depois de vários títulos nacionais, não só no escalão sénior, mas também nos escalões mais jovens, o clube acaba de colocar a cereja no topo do bolo e atingiu brilhantemente um patamar de excelência, com a conquista da TAÇA CONTINENTAL, anteriormente designada por Super Taça Europeia, da WSE- World Skate Europa, na cidade de Follinica em Itália, frente ao Trissino que recentemente tinha derrotado a A.D.V., na final da Liga dos Campeões. -----

Depois do título de Vice-Campeão Europeu e da conquista do Campeonato Nacional da I Divisão, da Supertaça Nacional António Livramento, várias vitórias no Torneio Eixo do Atlântico em camadas jovens, vários títulos de campeão da II divisão Nacional Seniores, Campeão Nacional em todos os escalões etários, com a atribuição de melhor clube de formação Nacional, amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação social, e festejado por uma multidão de Valonguenses. -----

Assim decide-se propor a votação um Voto de Louvor a Associação Desportiva de Valongo por tão nobre feito, extensivo aos jogadores, Equipa Técnica e Direção. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia, sendo aceite por **unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1-Aprovação das atas ou projetos de ata das reuniões realizadas no dia 05 do 05 de 2022, 26 do 05 de 2022, 29 do 06 de 2022 e 28 do 07 de 2022, não se tendo verificado intervenções colocou as atas à aprovação tendo sido aprovadas por **unanimidade** pelos presentes nas reuniões. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.1-Aditamento aos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço publico de transporte de passageiros- retificação da proposta de repartição dos encargos, não se tendo verificado intervenções colocou à votação tendo sido aprovado por **maioria** com 29 votos a favor, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.2-Proposta de 1.ª alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais e 3.ª alteração ao mapa de pessoal de 2022, não se tendo verificado intervenções colocou à votação tendo sido aprovado por **maioria** com 29 votos a favor, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3-Terceira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções de 2022. --

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que na Conferência de Representantes questionou o Presidente da Câmara sobre uma redução das dotações da reconstrução de parques infantis em 7 mil euros, e da construção e conservação da reparação de muros por 7 mil euros, tendo sido esclarecido que houve a redução para fazer face à necessidade de capital do projeto de mobilidade 360.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, gostaria de saber se não haveria forma de ir a outras rúbricas buscar o dinheiro como, por exemplo, à publicidade, coisas que não tivessem impacto que não fosse a construção e reparação de parques infantis, pois existem poucos no concelho e alguns em mau estado. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a utilização das rúbricas e ter verba numa rúbrica pode não significar ação, foram buscar a essa rúbrica, mas a seguir poderão ter necessidade e ir buscar a outra rúbrica, trata-se de uma movimentação contabilística, não significando que não se está a investir nessa rúbrica. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que tiveram vários planos e orçamentos que não foram concretizados, portanto, ter dinheiro na rúbrica não significa ação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3-Terceira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções de 2022, tendo sido aprovado por **maioria** com 28 votos a favor, 1 voto contra do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Apesar do projeto de acessibilidade presente ser muito relevante, não concordamos que se reduza nas rubricas referidas.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.4 – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, IMI, referente a 2023 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios Urbanos. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, começou por dizer que a intervenção também se referia aos outros impostos e será uma única intervenção. -----

A temática dos impostos é por si uma matéria sensível e por tal tem de ser tratada com o devido cuidado. -----

Se por um lado os impostos constituem uma importante fonte de receita para o município, por outro têm a noção do peso que tem para as famílias, na conjugação desses dois fatores é que se encontrará uma situação de equilíbrio benéfico para ambas as partes. -----

O executivo camarário propôs a descida do IMI para 0.37 %, dando cumprimento ao compromisso assumido de reduzir a taxa de IMI até 0.35 % até ao final do mandato, essa redução tem impacto imediato na vida dos valonguenses e será uma preciosa ajuda em tempos de aumento de inflação e das taxas de juro. -----

A opção por manter a participação variável no IRS nos 5% tem fundamento no facto do pacote de medidas que está a ser preparado pelo Governo ter um efeito mais imediato e incisivo, o município conseguirá manter e bem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

uma serie de medidas e projetos que impactam de forma transversal os valonguenses e que não têm outra forma de financiamento, como em matéria de educação têm o fornecimento de refeições escolares, as atividades de animação e de apoio à família cujos custos no conjunto ascendem mais de 2 milhões de euros; no domínio social têm o plano de emergência de apoio alimentar, o fundo de emergência social, os projetos da inovação social, o programa ASA com verbas associadas em cerca de 400 mil euros; na Cultura têm a aquisição do antigo cinema de Ermesinde, no orçamento participativo jovem implica mais de 700 mil euros; quanto ao Desporto em estrutura e equipamentos para espaços desportivos, em valores superiores a 300 mil euros. -----

Estão a falar em poder dar conta e boa resposta em casos de emergência, como foi no caso da situação pandémica em que o município suportou no imediato os custos associados ao centro de vacinação, que no total ascenderam a mais de meio milhão de euros. -----

Considera ser na ponderação, no equilíbrio que se encontram as soluções mais ajustadas, o caminho é uma política caracterizada por responsabilidade social sem hipotecar as responsabilidades da Câmara municipal de Valongo. -----

Assim, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a esta e as demais propostas relativas aos impostos. ---

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que no contexto atual do rendimento familiar, para quem possui um crédito habitação a comissão mensal tem sofrido alterações muito significativas que impactam a capacidade de compra dos munícipes. A subida da Euribor faz prever que 2023 seja um ano de sufoco para quem tem taxas variáveis no crédito habitação. -----

Baixar 0.01% do IMI para 2023 é menosprezar a crise económica que as famílias atravessam, comparativamente com as restantes do país, a proposta do executivo municipal de 0.37% é superior à média nacional existente 0.329%, consideram que valor do IMI deve de ser coerente com os valores praticados nos concelhos da área metropolitana do Porto, e deve de ter em atenção a situação económica dos munícipes. -----

Em 2022 Valongo possuía a terceira maior taxa de IMI na Área Metropolitana do Porto onde a média foi de 0.345%, reduzir a taxa para 0.35% seria uma opção proporcional aos tempos que vivem, no entanto não é essa a perceção do executivo. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que num momento crescentemente e instável, num Portugal que luta com várias dificuldades a vários níveis, dificuldades económicas, dificuldades sociais, dificuldades na saúde, um distrito do Porto que luta por uma dificuldade em níveis que permitam às empresas e famílias respirar, em Valongo têm um responsável político que está desligado da realidade. -----

O Presidente da Câmara propõe uma redução do IMI de 0.38% para 0.37%, uma redução de 2.63% da referida taxa, uma casa com o valor de 100 mil euros são dez euros, uma redução sem grande expressão e impacto quase nulo nos orçamentos familiares, no momento económico de emergência, como aquele em que vivem impunha-se uma redução significativa da taxa por forma a que as famílias sentissem o apoio do município nas suas vidas. ---





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O nível da inflação em Portugal encontra-se em 9.3 %, o que significa que em termos práticos as famílias perderam um rendimento equivalente a um mês de trabalho, e a redução de IMI proposta é uma esmola inqualificável, absolutamente irrelevante no panorama global. -----

Se juntarem ao aumento de inflação o aumento das taxas de juro têm impactos insuportáveis na maior parte dos orçamentos familiares das pessoas que habitam o concelho de Valongo, e outros concelhos do Distrito do Porto, e a nível nacional. -----

O executivo, depois de todos estes anos no poder, continua sem perceber que o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza, os impostos e as taxas visam a diminuição das desigualdades. Em Valongo desde que o PS é poder a fiscalidade é apenas uma forma de obter receita sem estratégia, sem as devidas compensações em qualidade de vida que os valonguenses merecem, a fiscalidade nunca foi usada pelo PS com sentido estratégico necessário. -----

O executivo continua a espremer os valonguenses numa busca permanente de receitas muito para além do razoável, receitas que depois são mal aplicadas em obras desnecessárias e não urgentes, reduz de forma cosmética a taxa de IMI, mantem a Derrama, sendo a baixa dessa taxa uma luta antiga do PSD. -----

Para o Grupo Municipal do PSD o incentivo ao desenvolvimento económico deverá ser uma preocupação constante da Autarquia, a redução do IMI e da Derrama seria um sinal de apoio e encorajamento às famílias e às empresas, que assim passariam a contar com mais um fator competitivo diferenciador em termos territoriais na promoção do investimento e do emprego, principalmente quando comparam as condições que Valongo oferece com as condições em vigor nos concelhos limites, mesmo em todo o distrito do Porto. -----

Quanto à participação variável no IRS, e tendo em conta que devido à inflação os valonguenses, como todos os portugueses, um mês do seu rendimento era de elementar justiça que o município abdicasse pelo menos de uma parte dessa receita, mas não, em Valongo o IMI tem uma diminuição cosmética, mantêm-se a taxa da Derrama, a possível devolução de uma parte de IRS não acontecerá porque o PS manifesta uma total insensibilidade social. A participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos no ano de 2023, a redução cosmética do IMI e a manutenção da taxa da Derrama configura um ataque às carteiras dos valonguenses, que como todos os portugueses sofrem as consequências económicas do pós COVID e da guerra na Ucrânia. -----

No concelho de Valongo, onde o PS governa com maioria, trabalhar, poupar, fazer sacrifícios para obter uma vida melhor é um luxo que é penalizável com uma política fiscal desumana e irrefletida. -----

Assim, no que refere aos pontos na ordem de trabalho o IMI, a Derrama e participação no IRS o Grupo Municipal do PSD votará contra as propostas do executivo socialista, em consonância com a posição tomada nos anos anteriores, pois representa uma intenção das opções municipais que privilegiam a despesa em obras de custos avultados, com recorrentes aumentos de despesa por dias de trabalhos a mais em detrimento do apoio às famílias e às empresas, que mais do nunca necessitam de medidas que possam mitigar as dificuldades económicas derivadas da complexa situação que se vive atualmente, com níveis de inflação e subida da taxa de juros insuportáveis. -----

Com tantas famílias confrontadas com o salário que cada vez menos chega ao final do mês, era de esperar que o PS desse um sinal de que os valonguenses estão no centro das suas preocupações, mas não é o caso,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

esperava-se que o executivo municipal fosse sensível à situação e desse um sinal de solidariedade para com os munícipes e as empresas, reduzindo de forma clara a carga fiscal sobre eles. -----

Continuamos a ser um dos municípios da Área Metropolitana do Porto com a taxa de IMI mais alta, mesmo com a insignificante redução para 0.37%, proposta para 2023, ainda esta semana em reunião de Câmara, com os votos contra do PSD, o executivo aprovou a realização de trabalhos extras de arborização da praça da nova Câmara Municipal no valor de mais 300 mil euros, são as opções com as quais não podem concordar e em relação às quais estarão contra. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que apesar de verem com bons olhos uma muito ligeira descida do IMI de 0.38% em 2022 para 0.37% em 2023, o CDS/PP votará contra. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que da análise do documento têm de ter em consideração a evolução dos valores da taxa ao longo dos últimos anos, em 2017 o PS ganhou pela segunda vez a Câmara Municipal de Valongo, a grande diferença do primeiro para o segundo mandato residia no facto do PS ter passado a governar com maioria absoluta, com base na sua própria avaliação das contas do Município estarem, por fim, equilibradas. -----

Apesar desse equilíbrio o PS decidiu aumentar o IMI de 0.355% para 0.409%, um aumento de 15,2%, em 2021 e em 2022 o PS fez pequenos ajustes e baixou o IMI para 0.38%, este ano é de salutar que continue no caminho de diminuição da taxa do IMI, mas a verdade é que essa diminuição contínua a ser muito menor ao aumento realizado em 2018. -----

A taxa proposta diminuirá apenas em 2,5% o IMI fixando nos 0,37%, aquilo que os valonguenses ansiavam era de, pelo menos, passarem a pagar o IMI com base na taxa de 2018, ainda mais quando muitas famílias atravessam situações de perda de rendimento e aumentos muito significativos de bens de consumo. -----

Assim, apesar de considerarem positiva a diminuição abster-se-ão por a considerarem muito insuficiente e muito aquém daquilo que era possível. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que o CHEGA defende a abolição do IMI, por considerar um imposto injusto, mas também um imposto que de justiça social nada tem, isto é, a percentagem para quem tem uma casa que custou 60, 70, 100 mil euros é a mesma para quem tem uma casa de 1 milhão de euros. -----

Nos últimos dois anos tiveram problemas económicos das famílias e das empresas devido à pandemia, este ano tem sido pior por via da guerra na Ucrânia e as perspetivas é que no próximo ano vai piorar em termos de inflação, subida das taxas de juro que vão afetar essencialmente quem tem empréstimos à habitação. -----

Não vê por parte da Câmara uma aposta efetiva e visível na redução de um conjunto de impostos, designadamente o IMI, vão manter a Derrama e a participação variável no IRS. -----

A redução do IMI para 0.35% seria um passo significativo no apoio às famílias e proprietários de habitações, seria cerca de 1% no orçamento familiar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, vai-se abster na questão do IMI, taxa que é possível ser de 0.30%, votará contra a manutenção da taxa da Derrama e da participação variável do IRS. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que ao nível do quadro fiscal têm de perceber que as câmaras não estão isoladas, felizmente têm a complementaridade dos instrumentos nacionais, o Estado Central, que também tem contributos importantes naquilo que são a ajuda às pessoas. -----

A questão dos impostos é ideológica e têm de ter a coragem de dizer às pessoas, não podem entrar numa lógica de dizer que vão abolir os impostos, nos países onde isso aconteceu deixou de haver dinheiro para pagar os custos do serviço público de saúde, destruiu-se a escola pública, destruiu-se vários mecanismos, pois sem recursos públicos alguma coisa vai falhar. -----

No primeiro mandato fizeram uma ligeira redução, criticaram-no, percebeu que não dava para reduzir mais porque tinham muitas dificuldades financeiras, conseguiram passar a pagar a tempo e horas, reduziram consideravelmente a dívida, ganharam credibilidade. -----

No segundo mandato pediram à população que os ajudassem, no terceiro mandato foram reeleitos, com uma votação sempre acima do 50%, a população compreendeu porque dizem com clareza o que andam a fazer. -----

No terceiro mandato assumiram o compromisso de todos os anos reduzir o IMI até aos 0.35% em 2025, o que estão a fazer. -----

O concelho de Valongo é o que menos cobra impostos aos cidadãos, como consta em documento da CCDR. ---

Quando olham para a carga fiscal têm de olhar para tudo, foi dito que a média na Área Metropolitana era de 0.345%, Valongo vai fixar o valor em 0.37% para 2023, um apartamento que custe 200 mil euros em Valongo no Porto o apartamento, por hipótese, custará 300 mil euros, com a taxa de IMI, média, de 0.345% para os 300 mil euros dá 1035 euros por ano, em Valongo para os 200 mil euros dá 740 euros por ano, ou seja em Valongo uma família paga menos 295 euros por ano. -----

Relativamente à Derrama mantiveram aquilo que lhes pediram no ano passado, uma pequena redução para empresas até 150 mil euros, nos outros mantiveram porque não há margem. -----

Depois têm de analisar como é feita a devolução dos impostos às famílias, como no caso das férias escolares que é muito mais acessível do que em outros concelhos no caso de Gondomar, Paredes, Porto, Maia, Matosinhos onde os preços são muito mais elevados, para além de Valongo nenhuma Câmara cobra 27 euros por semana com refeição e atividades., nos outros concelhos tem um custo de 90 euros a 120 euros. -----

A Academia Sénior, com quase 1000 inscritos, tem um problema com falta de espaço, trata-se de um programa gratuito, os tablets são fornecidos gratuitamente, o acesso à Internet é gratuito, as aulas são gratuitas, um programa que fica caro. -----

Quanto à educação são muito respeitados, a Câmara de Valongo dá um apoio considerável às escolas públicas. O Fundo de Emergência Social está em quase 200 mi euros e apoia centenas de famílias, apoio às IPSS, foi necessário gastar 600 mil euros no centro de vacinação, apoiaram o CPN com 50 mil euros para a compra de uma bomba de calor. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que a passagem de 0.38% para 0.37% é uma redução de 2.63%, num momento da economia em que há 9.3 de inflação. -----

O Presidente da Câmara mencionou que Valongo é um dos concelhos mais baratos da Área Metropolitana do Porto, de acordo com um relatório da CCDR, gostaria de ter acesso a esse relatório. -----

Existe uma receita record que o Estado arrecadou de impostos, nomeadamente do IVA, mas toda a gente sabe da inflação e dos juros. -----

Depois as questões relacionadas com a devolução dos impostos em que a Câmara está preocupada em devolver os impostos através disto ou daquilo, questiona se não é melhor as famílias usarem os recursos que são fruto do seu trabalho. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.4 – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis, IMI, referente a 2023 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios Urbanos, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 18 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo da Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 9 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 4 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE, a abstenção do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“O Nós Cidadãos entendeu abster-se por uma razão muito simples, para quem dá é sempre muito e para quem recebe é sempre pouco. Se efetivamente quando a Câmara contraiu determinadas despesas, e construiu determinados projetos, para que a curto e a médio prazo os pudesse atingir, provavelmente não sabia que esta crise, esta guerra, esta pandemia, tudo isto que complicou a vida económica dos portugueses, se iria passar. ---- Também não é de menos importância saber que a Câmara, neste caso o executivo tem maioria absoluta, dispõe de maioria absoluta na Assembleia Municipal, e atendendo a uma situação de emergência poderia responder também com mais um bocadinho de emergência, e talvez pudesse baixar uma décima para o ano 2023, sabendo que se houver um milagre, em que eu duvido muito, as coisas assemelham que venham a piorar, mas se realmente melhorasse no próximo 2024 poderia voltar a aumentar uma vez que de certeza que passaria a proposta e os portugueses, valonguenses neste caso, não teriam problema nenhum em pagar mais uma ou duas décimas ou três décimas, porque realmente a situação financeira tinha melhorado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.5 – Participação variável no IRS a aplicar nos rendimentos do ano 2023. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que em relação ao IRS, e estando no ponto anterior a falar de impostos, não podem separar aquilo que foi dito; a questão das receitas e a utilização dessas receitas o Grupo Municipal do BE tem bem presente que a diminuição de impostos principalmente relacionados com o trabalho como é o caso do IRS, não só, mas o grande pagamento é do trabalho e é uma forma de aumentar o rendimento das famílias ainda mais na atual crise económica, no entanto também têm presente que a participação variável do IRS proposta são importantes receitas que contribuem para estabilidade financeira do Município, servindo para colmatar e combater as desigualdades. -----

Por ser um imposto progressivo e atendendo a que, infelizmente, a maioria dos munícipes têm como referência o salário mínimo nacional, portanto isento de IRS, e a outra parte tem salários pouco superiores ao salário mínimo nacional entendem que a redução da taxa apenas beneficiaria quem tem salários elevados, entendem que redução da taxa apenas beneficiaria quem tem salários mais elevados, por esse motivo acompanham a proposta da Câmara, votando a favor. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a cada ano todos os municípios têm o direito a uma participação variável de até 5% do IRS dos seus munícipes. -----

Se a taxa estipulada for inferior a 5% a diferença reverte a favor dos munícipes, por exemplo no Porto a taxa estipulada para o ano de 2022 foi de 4%, significando que será devolvida aos portuenses 1% do IRS. -----

Um munícipe que tenha uma coleta líquida anual de 10 mil euros, com um vencimento mensal médio de 715 euros, serão devolvidos 100 euros. -----

O PS ao longo de sucessivos mandatos decidiu a aplicação da participação variável de IRS na taxa máxima, apesar de saberem que a diminuição desse imposto favorece sobretudo aqueles que mais têm, num ano particularmente difícil para todos os trabalhadores, para além da paralisação imposta a quem trabalha e a questão que colocam é a Câmara a esses valores e a favor de quem. Ficará condicionada a Câmara Municipal de Valongo se a taxa for mais baixa? A quem fará mais falta essa verba? À Câmara de Valongo ou aos valonguenses? Pelo exposto e mantendo a posição que assumiram nas anteriores assembleias municipais votarão contra. -----

O membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que conforme já defendido no orçamento anterior o CDSPP votará contra. -----

Mais uma vez vai ser criado um esforço ao Município com tantas dificuldades como em Valongo, no seguimento das ideias defendidas para 2023, parece-lhes um mau aproveitamento dos recursos dos valonguenses manter a proposta de IRS, sabendo que uma redução da taxa iria criar um desafogo económico aos valonguenses. Lembra que se a taxa de participação estabelecida para os municípios for inferior a 5% a diferença reverte a favor dos municípios, por exemplo de o município de Valongo fixa-se a taxa em 4.5% a taxa de devolução que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

município receberia seria de 0.5%, ou seja a taxa de devolução seria a diferença da taxa máxima de 5% e a participação escolhida do IRS escolhida pelo município. -----

Mais uma vez, e tendo em conta a situação económica do país, podem constatar que uma grande parte dos municípios já está a conceder benefícios aos contribuintes com domicílio fiscal na sua área geográfica. -----

Assim, a bancada do CDSPP defende uma taxa reduzida e que dessa forma se mantenha mais valor dentro do orçamento dos valonguenses. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que no ano de 2022 a taxa de participação de IRS no município de Valongo foi a taxa máxima de 5%, 2022 foi e está a ser um ano de grandes desafios para as famílias portuguesas, é nessas fases do ciclo económico que a administração pública tem que demonstrar o quão importante pode ser a sua ação e das condições da vida dos cidadãos. -----

Assim, questiona que verbas vai o município arrecadar com a decisão a estabelecer nos 5% da taxa de participação do IRS no município, que políticas municipais vai implementar com essa verba arrecada. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação à última questão sabe o valor que foi cobrado no ano anterior, este ano ainda não sabem e nem podem saber. -----

Sobre a questão colocada pelo membro do BE, chama à atenção a complementaridade, o Governo da República está empenhado, como esteve noutros anos em garantir, em neutralizar os efeitos da inflação, as pessoas estão a viver um ataque brutal no coração da Europa, mas a questão da inflação não sabem como é que a inflação estará daqui a 3 meses, 4 meses, 5 meses, 6 meses, são tudo estimativas e portanto se reduzir é um quadro, se não reduzir será outro quadro. -----

Não tem os dados todos, quase 50% das pessoas nem sequer pagam IRS, manter essa cobrança, que não sabem o valor, estimam, o valor depende muito do que é o comportamento deste ano nos impostos. -----

Portanto, entenderam manter a mesma taxa e têm-no feito ao longo dos anos muitas vezes com a concordância das forças da oposição e outras vezes contra. -----

O membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que o Presidente da Câmara justificou a não mexida do IMI com o facto de a arrecadação e é isso que está em causa, agora 0.38% para 0.37% é rigorosamente nada. -----

Assim, questionava qual o raciocínio para não descer mais e para não descer o IRS, porque a justificação podia não ser a mesma. -----

O Presidente da Câmara disse que o valor das casas em Valongo era mais baixo, mesmo com a taxa mais alta os valonguenses pagavam menos, quem compra junto à praia é evidente que tem um poder económico diferente e quem tem um poder económico diferente, pagar 0.37% ou pagar 0.38% para os valonguenses não é igual. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando reduziram a primeira vez foi de 0.409% para 0.39%, uma redução de 9.5 %, depois quando foi de 0.39% para 0.38%, foi superior, agora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

fez-se uma redução, depois faz-se outra redução, todos os anos se faz uma redução, não podemos fazer de conta que não há uma trajetória de redução, está-se a reduzir e não está a aumentar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.5 – Participação variável no IRS a aplicar nos rendimentos do ano 2023, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo da Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 10 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Abstenção: 2 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN e 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.6 – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem TMDP para vigorar no ano de 2023. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que em relação à taxa municipal dos direitos de passagem o BE vota a favor, por uma razão muito simples, pois se o município não assumir os 0.5% quem ganha com isso são as operadoras que agradecem. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que em oposição às taxas votadas nos pontos anteriores a taxa que está em debate não onera os valonguenses, mas sim as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, ou seja, multinacionais com lucros elevados, para além disso essas empresas não podem refletir aos valores cobrados aos clientes do valor da taxa, o que significa que os valores cobrados não dependem da taxa que decidirem nem irá variar de concelho para concelho, por esse motivo irão votar favoravelmente a proposta. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.6 – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem TMDP para vigorar no ano de 2023, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 22 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo da Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Abstenção: 9 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos no próximo dia 6 de outubro, às 21.00 horas, o que foi aceite por unanimidade. -----

Seguidamente colocou á votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária: \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário: \_\_\_\_\_